

GUIMARÃES NAS LETRAS

Guimarães: um azar histórico

Permita-se-me que abra este apontamento citando Cláudio Sánchez-Albornoz e com, apenas, a troca do nome designativo, uma vez que, então e com uma muito maior correcção, poderíamos dizer que essa sua esquisita frase e com tudo o que nela se encerra devidamente explicado nas páginas de texto que se seguem a esse título (1), se poderia e a deveria aplicar a

(1) - *ESPANA, UN ENIGMA HISTORICO*, 10.^a Edición, Edhasan, Barcelona, páginas 418 e seguintes.

este nosso vetusto burgo, que celebrou o seu milenário na ida década dos cinquenta.

E começo este meu trabalho por essa, intencionalmente, truncada citação, porque a compreensão da relevância da, hoje, cidade de Guimarães, mesmo que circunscrita ao campo de a sua projecção nas letras portuguesas, passa, muito, por a inteira apreensão da sua génese e do estatuto a que, subsequentemente, se alcançou.

1. Assim e sem pretender elaborar história, mas, tão só, repete-se-o, situar o trecho em que, através destes dez séculos, se moveu e entrelaçou este medievo burgo consigo mesmo e no tecido do país, principio por adiantar que me parece como devidamente confirmado que ele nasceu à sombra do mosteiro duplex fundado por a condessa Mumadona Dias, que, igualmente, lhe mandou edificar castelo cerca, para o proteger de quaisquer ataques. Tal Senhora, eventualmente e como sugere José Mattoso, trineta do conde Vimara Peres, presor de o Condado Portucalense e dada como ligada à Casa Real Asturo-Leonesa, por diversas linhas de parentesco e afinidade, foi casada com o conde Hermenegildo Gonçalves e de entre os vários filhos que dele houve, a descendência de um, Gonçalo (que, sucedendo a seu pai, foi quem exerceu a autoridade sobre o Condado Portucalense e magnate influente na corte, ao tempo de Ordonho III e Bermudo II, tal como seu filho, Mendo, o veio a ser na corte de Afonso V e ambos, igualmente, Condes de Portugal), acabou por entroncar-se na antiga Casa Condal Portucalense, já que uma sua neta, Ilduara (filha daquele Mendo e irmã de Elvira, casada com Afonso V), se consorciou com o conde Nuno Alvites, trineto do presor de Portucalense (o aludido conde Vimara Peres) e morto no

encontro revoltoso de Padroso, em 1071, que o pôs frente a frente com Garcia da Galiza, um dos três filhos de Fernando I e a quem este reino coubera. É, deste modo, possível que esse inicialmente pequeníssimo burgo implantado numa zona densamente povoada e relativamente abrigada às incursões guerreiras, dada a sua interioridade, posteriormente, numa época especialmente conturbada e longe dos espaços ribeirinhos de fácil acesso aos povos vindos do norte, tenha servido de residência duradoura e por mais de um século, às gentes daquela família que, aqui, tinha grande número de propriedades e um seu mosteiro patronal. A ser dessa forma e numa como que, digamos, sediação do Condado que, posteriormente e entendida com a leitura da época, deve ter determinado o conde D. Henrique, da Casa Ducal da Borgonha (2), anos volvidos, a do mesmo modo, a usar para semelhantes funções.

Um parênteses colateral, ainda, nesta exposição e para que melhor se enquadre o pensamento que se quer expressar com este intróito.

Assim e sem querer enveredar por a opção de uma posição definida quanto às teses do ermamento a que a região possa ter sido sujeita, importa, no entanto e para melhor compreender o que se deixou escrito, atentar em algumas especificidades de relevância para a notícia

(2) - Terceiro neto de Hugo Capeto e segundo de Roberto II, o *Piedoso*, reis de França e sobrinho, por afinidade, de D. Afonso VI, seu sogro e segundo sobrinho do *Abade dos Abades*, Hugo de Cluny

do quadro histórico que vimos apresentando, numa concepção pessoal de muito melhor o tentar enquadrar espaço-temporalmente: - uma e desde logo primeira, a da própria morfologia da região, a qual reside e afora aquela

sua parte junta à costa, em esta não se espriar senão ao longo de mais ou menos estreitos vales e, depois, após essas retorcidas plainas, se configurar como um modelo tectónico de chão que se curva e recurva, em montes (estaria tentado a dizer, colinas) que se sucedem sincopada e lateralmente às bacias hidrográficas dos múltiplos cursos de água (com um que outro cabeça mais erguido), que se vão adensando à medida que se vai caminhando para nascente/nordeste, num crescendo de relevo que se prolonga até esbarrarem com as serras da Peneda-Gerês, Cabreira, Alvão, Marão e os seus contrafortes a sul, encavalitados sobre o Douro. E, simultaneamente, de os vários rios que a atravessam, ou marginam (o Douro e os seus afluentes, o Sousa e o Tâmega; o Ave e o seu principal afluente, o Vizela; e o Cávado), apenas o primeiro de entre eles seria navegável, pois, os outros e só na sua parte inicial, na planície costeira ou pouco mais, o teriam sido e, mesmo assim, por barcos de reduzido calado (sem esquecer, entretanto, de que, de todos eles, o menos propício para qualquer navegação vinda do mar, seria e é, ainda, o Ave); - depois e sendo esta uma região densamente povoada, pelo menos desde a época do bronze, como a miríade de castros nela existente o atesta, com uma cultura própria e estendida a todo o nordeste peninsular de antanho, romanizada através de campanhas que se seguiram à violenta tomada da Lusitânia, muito mais a sul e distinta, pois e como bem se sabe, o pós Douro é a verdadeira pátria dos Callaicus, primeiro povo que se estendia a norte daquele caudaloso rio, (3) com um intermeio de dominação suévia e, muito menor, visigótica, espanta-me, sobremaneira, o que aconteceu às suas gentes na sequência da passagem dos muçulmanos, ou da ocupação de todo o nordeste peninsular por algumas poucas dezenas de milhar de berbéres; - e, finalmente, como o próprio Sánchez-Albornoz o admite expressamente,

sempre deve ter permanecido nestes ubérrimos lugares muita gente, ainda que sem qualquer organização política, social e económica (na altura, reduzida a uma mais que insipiente produção agrícola).

É na concatenação destas realidades que conceitualizo a figura que, para esta zona da península de remota ocupação dispersa, tenho de eramento e, também, admito-o pessoalmente, por o reconhecido apego galego à sua terra (4), a que a descendência de muitos, com a reconquista, pronto teria regressado e tudo pode ajudar a explicar o muito rápido repovoamento a que com ela se assiste, numa realidade perceptível nos vestígios que a toponímia possa com isso denunciar e, ou, de idênticas questões que a posterior parcialmente coincidente divisão eclesiástica possa suscitar, o que, tudo e de certa maneira (essa permanência no local e não só, mas, também, uma memória colectiva anterior; - aliás

(3) - O que, posteriormente, deu o nome à província romana da *Callaecia* e, do mesmo dodo, ao *Condado Portucallense*, por o nome deste derivar de *portus calle*, de cuja *calle* advem, igualmente, o nome de *Callaicus*.

(4) - Fenómeno típico das culturas sedentárias que se encontram enraizadas no mesmo espaço desde há muitos séculos. e é

bom não se o olvidar, na realidade física existente, não existiam quaisquer outras alternativas de ocupação territorial, dadas as similitudes das relações de produção e o espaço geográfico muito marcante que ocorria e ocorre), pode ajudar a compreender grande parte das questões que se têm levantado.

Neste quadro, não é difícil visionar que e por estranho que pareça, esses cento e tal anos de desamparo, ao depois, tenham provocado ímpetos de autonomia, por

essas situações diferentes e ainda que de povos tidos como afins, em divergências que, anos volvidos, começaram a fermentar, se bem que, nesses momentos, se as pudessem ainda conceber como meros intuitos pessoais e personalizadas (como aconteceu no tempo do já falado conde Gonçalo Mendes, o qual, as mais das vezes e com posições políticas adversas às de condes do norte, da hoje dita Galiza, como foi no caso de lutas palacianas pelo poder, em que em muitas ocasiões se extremaram campos e se atingiram desavenças directas, como a que culminou na batalha de Aguiuncha), o que, tudo, já pode denotar uma divisão de interesses que iam germinando e crescendo. Com a chegada do conde D. Henrique, filho segundo de uma grande casa feudal franca, estreitamente ligado a Cluny (que dominava a hierarquia da igreja nos reinos de Leão e Castela, fruto de uma abertura levada a cabo por Afonso IV) e, por certo, sedento de confirmação da sua elevada jerarquia social, é possível que esse espírito de autonomia já latente (patente, aliás, na distinção de fractura entre a Galiza, concedida a Raimundo e a Terra Portucalense, *latu sensu*, doada a Henrique) se tenha agudizado, muito e como diz a tradição, por a própria intencionalidade desse Senhor e de sua mulher, D. Teresa, filha bastarda do imperador Afonso VI e confrontada com sua meia irmã, D. Urraca, a mãe do futuro imperador Afonso VII.

Nesse conjunto de circunstâncias, Guimarães aparece como o centro da referência geográfica aonde, possivelmente, se teria sediado, por vezes, a família condal e, talvez, posteriormente, D. Henrique e D. Teresa, razões mais que prováveis para se lhe atribuir a tradição de o *Aqui nasceu Portugal*.

Entretanto o burgo e por essas mesmas razões ganhava peso relativo no Condado, quer por se situar no coração de uma área densamente povoada, o entre Ave e *Avizela*, quer e por o próprio seu desenvolvimento como

tal, colocando-o e durante a primeira dinastia, como o mais importante a norte do Douro e após o do Porto, facto que ainda subsistia no século XV (5) e que, certamente, determinou D. Afonso, 7.º Conde de Barcelos e 1.º Duque de Bragança, senhor de Guimarães por herança do sogro, a escolhê-lo para, numa afirmação para ele necessária de ingresso nas origens da velha fidalguia, nele alevantar os magnificentes paços que, reconstruídos, aí estão. Sem esquecer que, do mesmo modo, o convento inicial promotor do burgo, por as muitas concessões e doações que lhe foram sendo feitas ao longo de centenas de anos, honrou-se com privilégios vários e dotou-se com rendimentos que possibilitaram a criação de uma colegiada, centro e durante o mesmo período, de um enorme poder, tanto mais que era do padroado real, com um priorado muito disputado e que teve a encabeçá-lo vultos grados da nossa história pátria,

(5) - cifra, o conto de besteiros do ano de 1422, Oliveira Marques, 1986, páginas 26.

como, eventualmente, Pedro Hispano, que, ao depois, foi o papa João XXI. Aliás e cedo, fruto dessa mesma importância a que o burgo se foi elevando, várias casas monásticas vieram instalar-se junto à já então vila, na demonstração do prestígio e importância que esta granjeava. E isto era de tal modo significativo que a rainha D. Brites, mulher de D. Afonso IV, no seu testamento e quando inicia as deixas às ordens, começa pela menção dos conventos de S. Francisco e S. Domingos de Guimarães.

É evidente que toda esta acumulação de história não podia passar despercebida na república das letras. Sobretudo e quando estas começaram a ser mais frequentemente utilizadas com as possibilidades que a impressão lhes proporcionou, na diversidade dos fins que lhes foram sendo atribuídos e, concomitantemente, com um

período de necessidade de afirmação colectiva nacionalista, aonde se tentou recriar uma ancestralidade inidónea de lusitaneidade, que melhor seria e em relação ao nome, de galicidade, ou, se se quiser, de portugalidade. Simplesmente, os interesses políticos, religiosos, administrativos e económicos, na altura, estavam já concentrados no sul, razão porque essa mais correcta realidade foi usurpada por a substituição do nome de prováveis antigas étnias dessas zonas meridionais conquistadas pelos romanos, romanizadas e, ao depois, aculturadas por outros povos, alguns séculos antes.

É, pois, neste quadro duplo de mito histórico e realidade urbana, bem como, de certo modo, religiosa (por a figura e personalidade de alguns dos seus D. Priores; e das nunca esquecíveis lutas que travaram por a sua autonomia em relação à diocese e arcebispado de Braga, bem como dos conventos que confluíram na vila), que se tem que focar a, hoje, cidade de Guimarães, sobretudo para se a situar no contexto das letras do país.

2. Ora, desde a primeira presúria documentada para o aro encabeçado na, hoje, cidade, em documento datado de 870 e referente a S. Miguel de Negrelos (ao depois freguesia de S. Miguel dos Infernos, do Paraíso e, presentemente, anexada à de S. Jorge de Selho), vários são os monumentos existentes para o termo, entre os quais avulta o denominado Livro de Mumadona, cartulário medieval que, conjuntamente com mais quatro mil duzentos e tal documentos que iam do século IX ao século XVI, pertencentes ao Arquivo da Colegiada de Guimarães, em 1862, foram mandados recolher à Torre do Tombo, aonde e desde tal ocasião estão depositados, conjuntamente com o acerbo de documentos régios da época e o menos importante para esta área Liber Fidei, cartulário medieval

da Sanctae Bracarensis Ecclesiae, que abre com os Capítulos das cortes ou do concílio de Leão do ano de 1017.

Aliás o primeiro documento aonde, expressamente, se fala do burgo do mosteiro *et sancta marie semper virginis in loco predicto vimaranes*, é uma doação de Ramiro II àquela Mumadona, *tibi conlaza nostra mummadonna*, datado de 950. E o testamento daquela Dona, de 956, além de dotar o mosteiro em bens imóveis, menciona já uma sua biblioteca que, igualmente, lhe deixa, a qual era composta por um conjunto significativo de obras que atestam uma específica perspectiva de monaquismo, numa possível e como refere José Mattoso, representatividade de uma certa cultura que os presores pretendiam difundir.

Dos muitos documentos desse tempo recuado que, para a área, existem, importa, ainda, destacar o foral que o conde D. Henrique e a Infanta D. Teresa deram *ad vos homines que venistis populare in Vimaranes et ad illos qui ibi habitare voluerint usque in finem*, de 1096, confirmado e ampliado por seu filho, bem como pelo bisneto daqueles, Afonso II. E, também, a doação por aquele Conde e pela *Illustri Regina dña Tarasia*, outorgada aos seus, dele Conde, conterrâneos, *francigenis*, de um campo que eles, doadores, tinham na vila de Guimarães, campo que *jacet justa palacium nostra regale* e que se destinava a nele edificarem uma capela.

Feito este percurso por os documentos mais antigos, bem como com a lembrança dos muitos outros existentes nas chancelarias régias e em outros arquivos do país, tudo a comprovar a subsistência de uma organização devidamente estruturada para esta terra e vila, há, agora, que abandonar essa faceta que se foi avolumando com o decorrer dos séculos e com a implementação do progresso social (com a subsequente necessária burocratização), para

tentarmos endereçarmo-nos mais detalhadamente às musas, que, todas e na sua forma escrita, utilitariamente e, ou, esteticamente, cognominamos e conceitualizamos mais amplamente, nestes nossos dias, com o nominativo de Letras.

3. Dois aspectos e para cumprimento desse objectivo, entretanto, parecem ser de realçar: um o da referência à vila enquanto tal ou a episódios que nela aconteceram e foram dignos de registo nas diferentes obras e épocas; outro e distinto, os dos seu naturais que se evidenciaram com criações literárias.

Nesse primeiro aspecto e como se verá, para essa nossa idade média, Guimarães aparece mencionado em diversas crónicas, na vida de S. Geraldo e nos livros de linhagens (Livro Velho, Livro do Deão e o do Conde D. Pedro), repositórios das formas de escrita então usadas, que não a outorga de meros actos e que até nós chegaram, quer por neles aparecer a sua nomeação, quer e sobretudo por a descrição de episódios que nela se passaram, como sejam o enfrentamento que D. Afonso Henriques teve com sua mãe, D. Teresa e o romanceado gesto de Egas Moniz de Riba Douro, cognominado de o Aio. Assim e quanto ao primeiro, acontece na *Crónica Gothorum*, na *Brevis Historia Gothorum* e nas *Crónicas Breves e Memórias Avulsas de S. Cruz de Coimbra*, aonde se transcreve, igualmente, o penhor do Aio, factos estes que, igualmente, são descritos na *Crónica Geral de Espanha*, de 1344 e o primeiro, no Livro de Linhagens, dito do Deão, aonde, do mesmo modo, se conta o assédio a Guimarães por D. Afonso (futuro D. Afonso IV de Portugal) nas lutas com seu pai, D. Dinis (também, descrito na *Crónica Geral de Espanha* de 1344) e no Livro do Conde D. Pedro, aquando

da invasão de Martim Sanches, adiantado em terras de Leão, por D. Afonso daquele reino e irmão bastardo de D. Afonso II, de Portugal, o qual e ao serviço do leonês, andou em armas por o Entre Douro e Minho. Nessa altura, o burgo ainda se situava no centro das preocupações da corte e daí a sua importância.

Para depois deste período e dado que a reconquista tinha deslocado para sul a vida do país, nada mais de monta há a assinalar referente a Guimarães, se bem que, logo a seguir e já no reinado de D. João I, Fernão Lopes e, sobretudo, na sua crónica daquele rei, refira, quer o episódio da tomada de Guimarães, que tinha voz por D. Beatriz, filha de El-Rei D. Fernando e casada com D. João de Castela, quer o voto que aquele, e aquando da batalha de Aljubarrota, fizera a Santa Maria de Guimarães e que, posteriormente, cá veio cumprir (por o que e na cidade, ainda hoje há o respectivo padrão encastado na parede da Igreja da Senhora da Oliveira, que aquele rei reconstruiu e rua que, na memória do percurso que o monarca terá feito, disso granjeou o nome) e, ainda, a decisão daquele mesmo rei em casar com D. Filipa, filha de D. João de Lencastre, pretendente ao trono de Castela e a própria dádiva da cidade a Nuno Alvares Pereira. Como, o mesmo cronista, menciona na crónica de D. Fernando, o cerco da vila por D. Henrique II de Trastámara, rei de Leão e Castela, após ter assassinado seu meio irmão D. Pedro, O Cruel, de quem D. Fernando se queria sucessor, sendo o Trastámara acompanhado no assédio por o célebre cabo de guerra francês Bertrand du Guesclin.

Entra-se a seguir num iato, que, nem sequer o pretendido vimaranense, como o naturaliza D. António de Lima, no seu nobiliário (e posteriormente, muitos outros, mas, parece, sem qualquer suporte real palpável, sendo, em contrapartida, mais coerente a hipótese que o dá por natural de Guimarães de Tavares, na Beira) e quase que

seu contemporâneo, Gil Vicente, quebra em quaisquer dos seus textos, já que, em parte alguma da sua vasta obra aflora o nome da cidade, senão, hipoteticamente, numa mais que vaga referência a Santa Maria da Oliveira, a qual, aliás, pode não ser sequer a desta cidade.

É que, repete-se e atente-se, o eixo da vida do país havia-se deslocado para sul e rumara, até, já a África.

Entretanto nascera o mito da lusitanidade, fruto sulista e, suponho, que da inspiração de André de Resende, que, numa negação da história e da verdadeira génese do país, para se o munir de qualificações avoengas duvidosas e, até, impossíveis, fantasiam essa ficção que, curiosamente, passou até aos nossos dias e não tem, no entanto, o mínimo sustentáculo, ou base de apoio histórico.

Assim e imbuídos já desse mito fantasmagórico, como acontece com o próprio Gil Vicente, temos que esperar por Camões para que, nos seus *Lusíadas*, se retomem as gestas de S. Mamede e de Egas Moniz, afim de vermos Guimarães regressar à ribalta das referências literárias.

Mas, a partir de então, as coisas divergem fundamentalmente e quer em crónicas, quer nas diversas descrições que começam a aparecer sobre o reino, dados aqueles dois aspectos atrás relatados, a vila, o seu termo e comarca, passam a ser mencionadas profusamente nos mais dispareos trabalhos, de que é primordial realçar o do eborense e cónego da Real Colegiada de Guimarães, Gaspar Estação, impresso em 1625, em Lisboa e por Pedro Crasbeeck, as conhecidas *Várias Antiguidades de Portugal*, que é a verdadeira base do muito que, depois, se escreveu sobre o assunto, sejam as *Memórias Ressuscitadas da Antiga Guimarães*, do Padre Torcato Peixoto d'Azevedo, manuscritas e só muito mais tarde dadas à estampa, seja a *Corografia Portuguesa e Descrição Topografica do Famoso Reino de Portugal*,...

do Padre António Carvalho da Costa (cujo primeiro volume e que trata de Guimarães se publicou em Lisboa, em 1706, na oficina de Valentim da Costa Deslandes) ou as quase simultâneas *Memórias Ressuscitadas da Província de Entre Douro E Minho*, de Francisco Xavier da Serra Craesbeeck. Outros, sem tanto se estenderem e no mesmo geito acientífico da época, abordaram o tema, sendo de entre eles de realçar João de Barros, nas suas *Antiguidades de Entre Douro e Minho* e o próprio Contador de Argote, nas *Memórias para a História Ecclesiastica do Arcebispado de Braga, Primaz das Hespanhas*. Fora estes, são as pequenas referências dos cronistas reais, ou de outros que escreveram sobre a vida dos reis, ou os das ordens, que, acidentalmente, aqui ou ali, fazem menção de factos passados ou relacionados com a vila, seu alfoz, colegiada ou conventos. Importa anotar, entretanto que um vizinho da vila e radicado em Madrid, Manuel de Faria e Sousa, na sua *Historia del Reyno de Portugal*, editada inicialmente em Madrid, em 1628, adianta sem mais bases que os anteriores, que *Tenia pues su assiento Don Enrique en la insigne villa de Guimaranes*, para, mais à frente e ao tratar já do seu filho, afirmar, peremptório, *Era el mês de Julio quando nació Don Alonso Enriques primogenito de los Condes Enrique y Doña Teresa, en la populosa villa de Guimaranes, una de las mas famosas, y antiguas de España en aquel tiempo, despues fuè de Portugal, como lo es agora; à quien Ptolomeo, con titulo de ciudad, lhama Araduca, clarissima con la gloria de aver sido pàtria del Romano Pontifice San Damaso, pàtria y Corte de un Rey, que con espada religiosa labrò cetro ilustre, y raro al mundo.*

E com efemérides, genealogias e nobiliários, visitasões, uma que outra vida de santo, sermões, moralidades ou obras poéticas de interesse hoje restrito e,

as mais das vezes, local, foi decorrendo o tempo, interessando, talvez, rememorar uma que outra descrição de passante estrangeiro, a Academia Vimaranesa (de que resultaram os tomos de *Guimarães Agradecido*) e a curiosa omissão com que Frei Luís de Sousa e na *Vida de D. Frei Bertolameu dos Martyres*, atinge a Colegiada e a própria vila, num duplo banimento que a implementação das decisões do concílio de Trento não fariam esperar.

Mas, o século XVIII estava a terminar os seus dias e com o que se aproximava, com a divulgação dos movimentos de ideias e doutrinas que determinaram a revolução francesa, mesmo neste canto da Europa e neste longe norte interior, as coisas iam-se encaminhando para outras realidades, cujo advento aconteceu anos mais tarde e com uma pujança nunca antes aqui alcançada, sobretudo, por o surgimento de um conjunto de homens que, por diversas circunstâncias e condições, sucedendo-se por mais de um século, se aglutinaram em torno da vila, quer vivendo fisicamente nela ou nas suas redondezas, quer identificando-se com ela por meio daqueles, ou, ainda, por particulares aspectos que com ela se relacionavam. Entretanto, quer em Gazetas, quer em manuscritos, folhetos ou, mesmo, livros, factos relacionados com eventos que agitaram o país e tiveram os seus reflexos no burgo, não foram esquecidos e, antes, tratados, como os que se ligaram com a expulsão dos franceses (em que se lembra a *Relação do que se praticou em Guimarães em aplauso da feliz restauração deste reino*), com as lutas liberais e com a própria revolução da Maria da Fonte, relatada por o Padre Casimiro nos seus *Apontamentos para a história da revolução do Minho em 1846 ou da Maria da Fonte, Finda a Guerra em 1847*.

Como se depreende de tudo o que atrás se deixou dito, Guimarães esteve sempre bem representada, na relatividade da panorâmica nacional das letras e nos

diferentes géneros que estas podem assumir, sem, contudo, o seu provincianismo ter propiciado obras de grande folgo e marcantes da produção da época a que se refiram. Com o decorrer do século dezanove e com os novos rumos que as ciências, e as letras, foram tomando, a situação alterou-se radicalmente. O aparecimento de Sarmiento (Francisco Martins de Moraes Sarmiento) e da roda que à sua volta se formou no desenterrar de um passado cujos sinais eram mais que visíveis, acentuou-se aquilo que os mais grados escritores liberais já tinham começado a tentar sistematizar, não sendo despropositado citar neste momento o nome de Alexandre Herculano. E se este, além de ter recolhido o já aludido arquivo da Colegiada à Torre do Tombo, o começou a publicar, nas suas próprias obras, romanceadas ou eruditas, não desdenha de referenciar o burgo, reconhecendo-lhe, assim, a sua associação à génese do país que somos, num relançar de uma importância por largos anos amortalhada; por outro lado dá origem ao aparecimento entre nós do romance histórico, de que alguns seus continuadores prosseguem nas menções a esta terra, casos, por exemplo, de Arnaldo Gama, que situa em Guimarães, um dos seus enredos, *O Segredo do Abade e Malheiro Dias*, aqui casado, com *Os Telles d'Albergaria*. E depois, por relações de vizinhança, ou da já falada amizade com Sarmiento (é bom não se olvidar o *Óbulo às Crianças*), o próprio Camilo Castelo Branco, o mais tripeiro dos lisboetas que já aconteceu, jornadeador destas paranças e residente próximo, como que com paredes meias, não desdenha de escolher por palco de algumas das suas obras esta terra, ou o seu alfoz, que ele tão bem conhecia; como conhecia as suas gentes. Ramalho, Antero, Eça (editor, na *Revista de Portugal*, de Martins Sarmiento e de Alberto Sampaio), Raúl Brandão, Florbela Espanca, Teixeira de Pascoais, Santana Dionísio, para só citar alguns, por aqui circularam, também, fruto das suas

relações com naturais ou das suas próprias vidas. Mas, foi a dita roda de Sarmento, alargada a muita da inteligência da altura, tanto nacional como estrangeira e a exploração da citânia de Briteiros, que, definitivamente, impulsionaram a vida intelectual da vila, já, então, cidade, com grande número de publicações que passaram a referir-se-lhe, num renascimento de discussões que não se repetiram com a mesma intensidade em uma qualquer outra parte do país, se bem que, essencialmente, voltadas para períodos que se relacionavam com a cultura castreja e, eventualmente, com aquele do seu tempo que esteve em contacto com o domínio romano. Ressurgiu e renovou-se a questão das origens, Leite de Vasconcelos, Carolina de Michaelis, Sousa Holstein, Luciano Cordeiro, Estácio da Veiga, Pinho Leal, Vilhena Barbosa, Augusto Soromenho, Teixeira de Vasconcelos, Joaquim de Vasconcelos, Magalhães de Lima, Rocha Peixoto e tantos outros solidarizaram-se com as descobertas que se iam amontoando e que, cedo, extravasaram as fronteiras, merecendo relatos e interpretações várias, como as de Hubner, Bosch-Gimpera, etc., etc., numa projecção nunca antes alcançada e de que o livro editado em homenagem a Sarmento, no centenário do seu nascimento, nos dá uma pálida imagem da latitude e longitude da sua áurea. Mas, a semente estava lançada e como silvas em terreno propício, medraram os ramos em anárquicas direcções, com maior ou menor viço e os seus resultados avolumaram-se : *Vimaranis Monumenta Historica; Guimarães - Apontamentos para a sua história; A Revista de Guimarães; As Vilas do norte de Portugal; Os mesteres de Guimarães; A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães; A Administração seiscentista do município vimaranense; Curiosidades de Guimarães; O Castelo de Guimarães; Provincianismos minhotos; Revista Gil Vicente; Peregrinação pelo termo de Guimarães;*

Guimarães - O labor da grei; Guimarães; Alguns apontamentos para a História de Guimarães; Guia Turístico; Romagem dos séculos; Roteiro de Guimarães; Mobiliário Artístico Português; Memória sobre a batalha de S. Mamede; Guimarães Monumental; Boletim de Trabalhos Históricos; etc., etc., num como que manancial caudaloso e infindável, que se vem acentuando com o andar do tempo e o rigor dos trabalhos, do qual, pensamos, para além dos muitíssimos artigos dispersos por as mais variadas publicações, se devem ainda destacar, no seu diferente valor e assunto, algumas recentes publicações como *Guimarães na última quadra do romantismo; As Actas do Congresso Histórico de Guimarães e da sua Colegiada; As Velhas Casas;* e um que outro trabalho de nível universitário, que se exemplificam com *Guimarães 1580-1819, Estudo demográfico* e *Uma rua de elite na Guimarães Medieval (1376/1520)*.

Neste peneirar por autêntica manta rota e, dessa maneira, faltosa de a maior parte das nomeações, em que, por certo, muito do essencial ficou por trazer á liça, desde logo, porém, se poderá atestar da importância do burgo e vila, desde quase as suas origens, por o muito que sobre eles se escreveu e o que está, ainda, documentado em qualquer História, Corografia ou descrição inventariante de Portugal, por mais circunscrita que o seja.

A cidade em si e por a sua dupla (ou tripla) condição que se assinalou, foi sempre objecto de registos que, assim, nos permitem conhecer da sua trajectória de aglomerado urbano e da sua posição na região em que se insere, em qualquer dos aspectos porque se a observe, quer ele seja administrativo, religioso, social e cultural, sem grandes hiatos e através do milénio que já leva, numa proporção de materiais só encontrável e comparável ao de

centros muito mais desenvolvidos, normalmente e tirando o Porto, todos eles muito mais a sul e junto à corte.

Um apontamento, ainda, para o forte impulso que a esse conhecimento e a partir de meados do século passado, trouxe àquele nexos que se situa entre a literatura e a actualidade, que foi e é a imprensa local, por vezes enfeudada a interesses políticos, mas e no caso desta cidade, de períodos de grande pujança e quase nunca primando por uma ausência malsana marcante. Abundaram os títulos e momentos houve em que, como é natural, influenciaram e impulsionaram outros géneros literários.

De e por tudo isto, um pouco, se faz a história literária desta terra que, por ela, se distingue de muitas outras e, nesse capítulo, também, lhe confere pergaminhos especiais susceptíveis de a distinguirem das restantes.

Queda tentar individualizar os vultos nados nesta vila e cidade; algumas (porque, nem o tempo, nem a possibilidade de um estudo sério, aprofundado e estruturado, facultou a exaustão do tema) das pessoas que, com o seu trabalho escrito, elaboraram obra que as projectou por essa forma de arte.

Sem dúvida que a grande figura, em termos nacionais, que poderia representar condignamente a cidade, seria Gil Vicente. Só que e como já foi dito, nestes nossos dias não lhe é assacada essa naturalidade. Fica-nos e neste particular, um seu continuador menor na modalidade do auto religioso, o Padre Francisco Vaz, cuja *OBRA NOVA MENTE FEYTA DA MUYTO dolorosa morte, & paixão do nosso Señor IESUCHRISTO*, ... editado pela primeira vez em 1593, chegou até nós e foi, até, recentemente, filmada por Manuel de Oliveira, numa versão popular que ainda se representa por Trás os Montes.

Mas e ingressando numa progressão temporal, na exclusão de todos quantos não nasceram, efectivamente,

neste torrão aprazível de ancestralidades laboriosas e pouco dadas às musas, começaremos por aludir a um que outro trovador que, por estas bandas, pode ter visto a luz dos seus dias, ou, até, aos Lobeiras (em S. Cosme de Lobeira, freguesia do termo e curado da Colegiada, hoje anexa a S. Torcato, diz Carvalho da Costa, que *He o solar dos Lobeiras de Portugal*), um dos quais, o Vasco, é dado como um dos possíveis autores do *Amadis de Gaula*. Mas, deixemo-nos de conjecturas e entremos nos factos concretos, através de uma digressão por meia dúzia de títulos, que vão desde os citados *Guimarães - Apontamentos para a sua História*, à *Biblioteca Lusitana*, ao *Dicionário Bibliográfico Português*, à conferência do Prof. Doutor Luís de Pina, publicada *No Livro de Ouro do Centenário da Cidade de Guimarães*, ao *Portugal Antigo e Moderno*, à *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, à *História da Literatura*, de António José Saraiva e Oscar Lopes, ao *Livros Quinhentistas de Autores Vimaranenses*, do nosso conterrâneo Frei Francisco Leite de Faria e ao *CATÁLOGO* da exposição bibliográfica de autores vimaranenses, realizada na Sociedade Martins Sarmiento, em 1953, por ocasião das comemorações do milenário. Só por essas leituras constatamos que o desfile de escritores é enorme, numa continuidade que vem dos primórdios à actualidade e com uma plêiade de relevância que se centra no pós Sarmiento, numa como que época dourada para o espírito e que torna difícil, por fastidioso, enumerar, um a um, todos quantos nela podem, e devem, ser integrados. Aliás, a aferição de valores é, sempre, relativa e, neste caso, até, duplamente, haja em vista a distinção dos diversos escritos por os géneros a que podem corresponder. Estou a lembrar-me de uma pequena minha colecção de manuscritos de sermões pregados em diferentes igrejas, ocasiões e festividades

desta vila, por diversos oradores, os quais e correspondendo, no essencial, ao século XVIII, estão recheados de belas páginas de oratória sacra. A ser como digo, uma pura listagem seria, concerteza, incompleta e susceptível de, repetindo o já extensamente exarado em outros trabalhos, nada vir acrescentar ao já sabido.

Depois do que disse no parágrafo anterior, parece-me melhor insistir, apenas e para tempos mais recuados, nos afamados jurisconsultos Barbosas, do Morgado e Casa de Aldão (Manuel, Agostinho e Simão, bem como nos sobrinhos e primos dos dois últimos, Francisco Rebelo de Azevedo e Manuel Tomás, este último travestido em poeta) e, o primeiro, também, genealogista, arte esta em que floresceram diversos personagens, desde D. António de Lima, o mais conhecido, mas de naturalidade vimaranense incerta, até António de Villas Boas e Sampaio, passando por muitíssimos outros de que se lembram Manuel Ferreira de Eça, António de Meira Peixoto, Tadeu Luís Lopes de Carvalho, José Pinto Pereira, Gonçalo Lopes de Carvalho Fonseca e Camões e Torcato Peixoto de Azevedo. É evidente que o grosso da coluna e para além dos juristas Gonçalo Dias de Carvalho, João do Vale Peixoto, António Pereira da Cunha Cardote e Martim de Carvalho Villas Boas, dos Navarros de Andrade (estes mais notabilizados como lentes de medicina, em Coimbra), assenta nos que escreveram crónicas e obras religiosas, desde o D. Paulo de Lima Pereira, filho do já citado D. António de Lima, a Frei Rafael de Jesus, continuador da *Monarquia Lusitana*, Pedro Vaz Cirne de Sousa, Frei Bernardino de Santa Rosa, Frei António de Senna,, Frei André de Guimarães, Frei António da Luz, Frei António de S. Miguel, Frei Estevam de Sampayo, Frei João do Apocalipse, Frei João das Chagas, Frei Manuel de S. Damaso, Frei Teodósio de Guimarães, Cónego Manuel da Madre de Deos Miranda, D. Bernardo de Ataíde, D.

Gabriel da Anunciação, D. Manuel Afonso da Guerra, D. Pedro de S. Agostinho, D. Possidónio da Anunciação, P.^a Francisco Fernandes, P.^a Duarte de Sande, P.^a José de Sampaio, P.^a Luís António da Costa Pego de Barbosa. Poetas e além do já aludido Manuel Tomás, para este período e curiosamente, só se encontra a referência a mais três, Lourenço Justiniano Pacheco, António Lobo de Carvalho e Domingos José de Freitas e Sampaio. Já e em contrapartida, as efemérides e ciências, merecem a nomeação de André Afonso Peixoto, M. António, Balthezar de Azevedo, Gaspar Nicolás Ierónimo de Abreu, Pedro de Sousa da Cunha e Roque Francisco.

O rol estendeu-se mais do que o desejável, já que e sem pretender tê-lo por completo, nos acercámos da tal fase sarmentiana e pós sarmentiana. O Prof. Doutor Luís de Pina assinala, ainda, Fernando da Costa Barbosa e Joaquim Inácio de Freitas, para logo se debruçar sobre nomes já do século XIX, que relaciona: António de Freitas Soares Junior, Francisco da Costa, Arnaldo Pereira, Gaspar Roriz, Ana Amália Moreira de Sá, Bernardo de Melo (amigo e secretário de D. Carlos I, de Eça de Queirós e de outros “Vencidos da Vida”, bem como de seu cunhado, o escritor conde de Sabugosa, com quem colaborou no livro de contos *De Braço Dado* e que veio a ser agraciado com o título de conde de Arnoso, do qual existe uma estátua na cidade), Fernando da Costa Freitas e Vicente Almada.

Francisco Martins Sarmento.

Seguem-se-lhe múltiplas figuras das letras: Alberto Sampaio, P.^a António José Pereira Caldas, P.^a João Gomes de Oliveira Guimarães (vulgo, Abade de Tagilde), Dr. José Joaquim da Silva Pereira Caldas, Prof. João de Meira, Domingos Leite de Castro, Dr. António Mota Prego, António Lopes de Carvalho, Dr. Bráulio Caldas, João Lopes de Faria, Bernardo Valentim Moreira de Sá, Dr. Eduardo de Almeida, Dr. Alfredo Pimenta, Alfredo

Guimarães, Gaspar do Couto Ribeiro Vilas, Delfim Guimarães, Alberto Vieira Braga, Prof. Doutor Luís de Pina, Mário Cardoso, Coronel António de Quadros Flores, D. Maria Angelina de Araújo e Abreu Brandão, Jerónimo de Almeida, Frei Francisco Leite de Faria, cónego Arlindo Ribeiro da Cunha, Manuel Alves de Oliveira, Bernardo Ferrão e D. Maria Adelaide Pereira de Moraes.

Um aparte para Abel de Lima Salazar.

Um aparte para Guilherme de Faria, tão prematuramente desaparecido. E porque o Prof. Doutor Luís de Pina trouxe à colação um amigo comum, com alma de poeta e, sobretudo, um grande *dizedor* de versos, Amadeu da Costa Carvalho, não se deve esquecer o vimaranense de coração que foi José Maria Pinto de Almeida, nem outro fazedor de poesias editado postumamente, Miguel Tobim de Sequeira Braga.

E já cá estamos; com D. Maria Adelaide Pereira de Moraes, entramos noutra mundo, no mundo destes nossos dias. O Prof. António Lino, Agostinho Guimarães, o Dr. Aurélio Fernandes, o Eng. José Maria Gomes Alves, Carlos Poças Falcão e tantíssimos outros jovens, e menos jovens, aí estão, a assegurar uma continuidade que, a Universidade do Minho, por certo, irá incrementar, num acrescento simultâneo de rigor e qualidade.

Fecho por a alusão à citação pela qual comecei, decalcando-a propositada e textualmente mal. Um *azar histórico* foi, efectivamente, a semente que lançada à terra por aquela avoenga condessa galega cujas cinzas para aí estão, germinou este aglomerado de monumentos, obras e gentes que, ao presente, com as suas virtudes, ou com os seus defeitos, formam um conjunto singular e próprio, com um longo trajecto diferenciador de uma identidade bem

sua, que merece o reconhecimento interessado de todos quantos galardoam especificidades que, reconhecidamente, urge preservar.

Guimarães, Outubro de 1996.

Bernardo José Leite Pereira Falcão de Andrade